

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA
3

4 Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no SEPN Quadra
5 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 21ª reunião ordinária
6 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1.**
7 Ordem do dia: **a)** Aprovação e assinatura da Ata da 21ª e 22ª Reunião Extraordinária do
8 CRH/DF; **b)** Apreciação da proposta de Implementação do Sistema de Monitoramento das
9 Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal; **c)** Formação do GT de
10 Acompanhamento da Crise Hídrica do DF do CRH. **2.** Apresentações: **a)** Relato da ADASA e
11 da CAESB sobre a situação dos Reservatórios e medidas adotadas e **3.** Informes. Fizeram-se
12 presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do
13 Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes
14 Conselheiros (as): DIEGO BERGAMASCHI (SINESP), LUIZ ARISTIDES LARGURA
15 RIOS (1º Suplente/IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (2º Suplente/IBRAM);
16 RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
17 (CAESB/Titular), MARIA DO CARMO MAGALHÃSE CÉZAR (CAESB/Suplente),
18 ALINE REZENDE PEIXOTO (Titular IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK
19 LIMA (EMBRAPA); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA),
20 TEREZINHA LIMA (ÚNICA), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
21 (ABES) e REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs). Justificaram
22 ausência as instituições UCB e SEAGRI. Participaram como convidados: Sérgio Augusto de
23 Mendonça Ribeiro (SEMA), Camila Aida Campos (ADASA), Dálio R. M. Filho (SEMA),
24 Vera Regina Estuquei e Carlos Renan C. de Brites (CAESB). O presidente ANDRÉ deu por
25 aberta a 21ª Reunião Ordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a da pauta**. Não houve
26 nenhuma consideração ou ajuste nas Atas, ambas foram aprovadas por unanimidade e
27 assinadas nesta reunião. Prosseguiu com o **item 1b da pauta**. O Conselheiro
28 MONTENEGRO (ABES) esclareceu que a proposta de Implementação do Sistema de
29 Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal não
30 foi rediscutida na Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA. Salientou as
31 dificuldades que estão enfrentando para elaboração da proposta e os esforços que vem sendo
32 feitos para superação dessas dificuldades. A seguir solicitou a senhora Camila (ADASA) que
33 apresentasse a proposta em comento. A senhora Camila expôs que, inicialmente, havia sido
34 feito um plano, mas a CTPA entendeu que ele estava muito superficial. Salientou que o Grupo
35 encontrou muitas dificuldades para elaborar um plano que atendesse as expectativas. Na
36 ocasião, foi sugerido que começasse a se utilizar o HIDROWEB, que é o sistema da Agência
37 Nacional de Água – ANA, também utilizado pela CAESB e ADASA e outras, enquanto se
38 busca um aprofundamento de um sistema mais adequado para o Distrito Federal. A seguir ela
39 relatou que “em agosto deste ano foi enviada à França uma comitiva e lá tiveram a
40 oportunidade de conhecer o OFFICE DE L’EAU (Escritório das Águas) e puderam ver como
41 eles trabalham esse Sistema Integrado na França e foram surpreendidos”. Ela informou que já
42 existe um acordo da ADASA e o OFFICE DE L’EAU, e na ocasião foi proposta uma
43 ramificação desse acordo para a elaboração de um Plano de Sistema Integrado para o Distrito
44 Federal, levando em consideração todo o conhecimento deles no assunto. A seguir apresentou
45 algumas considerações e recomendações relacionadas ao sistema. Esclareceu que o
46 diagnóstico mostrou que a rede, hoje operada pela ADASA, CAESB e IBRAM é bem densa e
47 bem distribuída no território. Restaram poucas lacunas em relação à Resolução 02/2014. Além
48 desses órgãos que participaram do diagnóstico, outros órgãos no DF produzem dados
49 referentes a recursos hídricos, a exemplo da UnB, UCB, EMBRAPA, INMET e CEB. Hoje,
50 cada instituição obtém, armazena e utiliza seus dados da maneira que lhes é conveniente.
51 Cada uma tem o seu formato e o seu procedimento e para utilizar o dado de um determinado

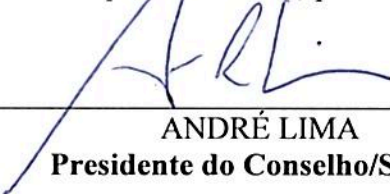
52 órgão é preciso requerer. Essas informações são pouco disponibilizadas ao público e não
53 existem critérios estabelecidos para publicação dessas informações. Neste sentido, o objetivo
54 do desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da
55 Quantidade das Águas do Distrito Federal – SISAGUAS/DF é reunir dados de monitoramento
56 de diferentes órgãos do Distrito Federal e apresentar, em uma *homepage*, em forma de mapas
57 temáticos, gráficos, planilhas, entre outros, e permitir o acompanhamento e o consumo das
58 informações por qualquer cidadão ou entidade que neles possuam interesse. A seguir expôs as
59 seguintes considerações: **a)** A importância de um sistema integrado de informações sobre
60 recursos hídricos para o Distrito Federal. **b)** O relevante número de estações e dados de
61 monitoramento, produzidos nas diversas instituições. **c)** Cada instituição produz dados
62 segundo seus interesses e nos formatos adequados aos trabalhos desenvolvidos internamente,
63 não havendo padronização em nível distrital. **d)** As ferramentas e sistemas hoje disponíveis
64 tanto no GDF e na ANA (HIDRO, SNIRH, TERRAGEO e SISTURB). **e)** A equipe do
65 “Subgrupo do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das
66 Águas do Distrito Federal” não possui conhecimento na área de Tecnologia da Informação. **f)**
67 A necessidade de um planejamento detalhado, feito por técnicos capacitados, do plano de
68 implementação do sistema de monitoramento dos recursos hídricos do DF. A apresentadora
69 fez as seguintes recomendações: **a)** Ampliação do subgrupo de trabalho, com inclusão de
70 membros técnicos em tecnologia da informação e delegação a estes a coordenação do grupo.
71 **b)** O estabelecimento de um convênio com instituição experiente e apta para realizar o
72 planejamento do sistema (OFFICE DE L’EAU). **c)** O imediato início da utilização da
73 plataforma Hidro por todas as instituições produtoras de dados de monitoramento de recursos
74 hídricos. **d)** Que seja solicitado à ANA a capacitação na plataforma Hidro e no Sistema
75 Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH). **e)** A utilização/alimentação do
76 portal TERRAGEO e do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF (SITURB). A
77 seguir, apresentou o conteúdo da apresentação do OFFICE DE L’EAU com os seguintes
78 tópicos: 1 – A importância dos dados e informações dos recursos hídricos para a gestão da
79 água. 2 - A problemática geral da gestão da água. 3 – O contexto geral da gestão dos dados. 4
80 - Multiplicidade dos temas e dos produtores. 5 - Metodologia global para desenvolver o
81 intercâmbio de dados. 6 - Ferramentas a serviço da política nacional da água. Concluiu a
82 apresentação ressaltando que o Office de L’Eau tem vasta experiência com o
83 desenvolvimento de sistemas. Ressaltou que a diretoria da ADASA é favorável a ampliação
84 desse acordo. Enquanto esse acordo não se consolida formalmente a apresentadora recomenda
85 a utilização do HIDRO. A seguir o presidente ANDRÉ disponibilizou para as considerações
86 dos conselheiros acerca das recomendações apresentadas pela CTPA. O Conselheiro JORGE
87 ENOCH (EMBRAPA) salientou que a área de recursos hídricos se desenvolveu muito depois
88 da disponibilização das informações do Hidro e que a proposta de uso do Hidro é válida, pois
89 ele vai atender a rede básica e é o protocolo mínimo para ter certa uniformidade nas
90 informações. O Conselheiro MONTENEGRO (ABES) informou que foi realizada uma
91 reunião da CTPA com a presença de dois representantes da ANA que se colocaram à
92 disposição para, na medida do possível, desenvolver interface que facilitasse a migração e a
93 troca de dados. Registrou ainda que o SITURB é uma iniciativa importante e em fase
94 operacional, coordenada pela SEGETH, e está recebendo informações dos mais diversos
95 órgãos do DF. A coordenadora do SITURB fará uma apresentação na ADASA no dia 17
96 próximo, às 09h00, e em seguida uma apresentação à equipe da CAESB que trabalha com
97 informação geográfica. Ressaltou que o projeto da CAESB recebeu um prêmio de melhor
98 sistema desse tipo de prestador de serviço público no Brasil. Na ocasião a Superintendência
99 de Recursos Hídricos da ADASA apresentou como estão trabalhando com o sistema de
100 informação na ADASA. Após discussão e sugestões dos conselheiros acerca das
101 recomendações apresentadas foi sugerida a retirada do “subgrupo” (alínea “a” das
102 recomendações da CTPA) da câmara técnica e a criação de uma Câmara Técnica do Sistema

103 de Informações e Recursos Hídricos. O Conselho aprovou a sugestão de criação da CT, sob a
104 coordenação da ADASA e incumbiu a senhora Camila a apresentar na próxima reunião os
105 seguintes elementos: composição da CT, os objetivos da CT (na ocasião foram citados dois
106 objetivos: promover a capacitação e qualificação para disponibilização de dados para a
107 sociedade; utilização/alimentação do portal TERRAGEO e do Sistema de Informações
108 Territoriais e Urbanas do DF-SITUR), tecnologia de informação, representante gestor de TI,
109 etc.). O Conselho solicitará da ANA apoio de capacitação para utilização da plataforma
110 HIDRO. O presidente ANDRÉ sugeriu uma inversão de pauta, o que foi aprovado pelo
111 plenário. Prosseguiu com o item **2a) Relato da ADASA e da CAESB sobre a situação dos**
112 **reservatórios e medidas adotadas.** O Conselheiro RAFAEL (ADASA) apresentou informações
113 das atividades do grupo de acompanhamento e enfrentamento da escassez hídrica, destacando
114 os seguintes pontos: **1 - Intensificação das ações na bacia do Descoberto:** a) A fiscalização
115 está focada nessa bacia, na tentativa de fazer com que o volume do reservatório não continue
116 caindo nas proporções que vem ocorrendo. b) Várias restrições foram estabelecidas nos
117 principais tributários a montante do barramento, com restrição no percentual de cinquenta por
118 cento. c) Foi feita uma articulação de fiscalização conjunta com a ANA em uma bacia do rio
119 federal e dessa fiscalização gerou uma determinação a qual foi entregue para alguns usuários.
120 d) Além dessa intensificação na fiscalização, algumas resoluções estão sendo criadas, todas
121 elas discutidas nesse grupo de acompanhamento, a exemplo da Resolução nº 18, que proíbe
122 novas outorgas no DF; a Resolução nº 19 que restringiu o uso de água para o caminhão pipa e
123 para lavagem de veículos e a Resolução nº 20 que autorizou a CAESB, caso necessário, a
124 realizar o racionamento. Salientou que todas as modelagens, simulações e estudos estão
125 caminhando no sentido de se fazer uma regra cooperativa para o reservatório do Descoberto
126 como a do Lago Paranoá. Quanto ao reservatório de Santa Maria tem que se pensar também
127 em ajudar o sistema reativando as conexões que estão desativadas. A seguir a conselheira
128 RAQUEL BROSTEL (CAESB) lembrou que do ponto de vista de saneamento, todos já têm
129 ciência do que está acontecendo: em agosto o DF enfrentou uma situação de atenção, em
130 meados de setembro entrou em 40% (uma situação de alerta). Iniciaram-se a redução das
131 outorgas da área rural. Foi observado nos pequenos mananciais que, em setembro, a demanda
132 por irrigação aumentou rapidamente e a vazão ficou abaixo do normal no período seco. A
133 questão do desabastecimento de água nas áreas urbanas foi agravada porque a captação não
134 tinha água suficiente, situação que se repetiu no Pípiripau. Depois de muitas ações da CAESB
135 e da ADASA, em visitas e conversas com os usuários, conseguiu-se reverter o uso na bacia.
136 Nas pequenas captações, nesse período de escassez, é muito importante essa conversa e o uso
137 rigoroso do volume outorgado aos usuários agrícolas. Temos outros usuários à montante e
138 isso impede que chegue água suficiente para o abastecimento. Conseguiu-se estabilizar a
139 situação, mas é preciso trabalhar nessas duas áreas de pequenos mananciais e de conflitos,
140 como o Pípiripau e Barroão. A seguir citou as medidas a serem implantadas em curto prazo e
141 apresentou o cenário das pequenas captações: **1 – Descoberto:** a) – Começou a reduzir as
142 pressões na rede (noturno). O resultado foi um reflexo muito pequeno em termo de redução de
143 consumo e não teve relevante impacto. b) Foi intensificada a ação de caça aos vazamentos e
144 retiradas clandestinas. c) Mais recente estamos trabalhando na implementação do
145 racionamento, mas na expectativa da ocorrência das chuvas, para aumentar as vazões dos
146 tributários. Lembrou que na Resolução da ADASA o grupo de trabalho já está nominado com
147 esse objetivo, mas precisa ser fortalecido, ser mais presente e atuante e que compreenda o
148 problema para discutir a situação de uma forma mais produtiva. Ressaltou que a Bacia é
149 muito grande e ramificada e uma ação muito importante no âmbito do projeto Descoberto
150 Coberto, além do replantio é otimizar o uso de água na bacia. A Conselheira MARIA DO
151 CARMO (CAESB) expôs que a CAESB está fazendo o acompanhamento de água, com
152 simulações semanais, verificando sempre as previsões de chuvas. As expectativas para agosto
153 e setembro eram de chuvas médias. A CAESB trabalhou com os cenários de chuvas mínimas


154 e chuvas médias. Foi feita uma avaliação do que isso representa em termos de vazão. O
155 conselheiro MONTENEGRO (ABES) lembrou que podemos enfrentar um período de
156 escassez hídrica sem precedentes no DF. Lembrou que a CAESB, excluídas situações
157 localizadas, como a implantação de sistemas que se encontram na fase inicial, em geral, tem
158 se comportado com tranquilidade no abastecimento e vai passar provavelmente uma situação
159 onde vai ter que fazer rodízio e isto não é tarefa simples. Fechar setores de abastecimento,
160 deixar de abastecer 24 horas, etc. Lembrou que este conselho tem que assumir a
161 responsabilidade de fazer um acompanhamento dessa situação. O conselheiro citou o trabalho
162 sistemático que foi feito em Santa Catarina envolvendo a gestão de riscos considerando
163 cidade por cidade, departamento por departamento. Lembrou que é preciso dar prioridade
164 para o Sistema Corumbá IV em vez de priorizar o sistema Paranoá. É preciso priorizar a
165 gestão emergencial da crise, olhando a configuração atual do sistema de abastecimento de
166 água, suas fontes e possibilidades. O presidente ANDRÉ lembrou que a Câmara Técnica de
167 Saneamento Básico foi criada, teve algumas reuniões, mas não teve uma reunião conclusiva.
168 Solicitou que a SINESP apresente o resultado dos trabalhos dessa CT na próxima reunião do
169 Conselho, o que foi aprovado pelo plenário. A conselheira REGINA FITTIPALDI (FÓRUM
170 de ONGs) ressaltou que em reunião passada a conselheira MARIA DO CARMO (CAESB),
171 esclareceu que as perdas totais contabilizadas no faturamento são altas, da ordem de 30%. As
172 perdas físicas são de aproximadamente 15% e pediu para conselheira esclarecer o que
173 significa o reconhecimento de 30 % de perda, num período de escassez e qual a gestão da
174 CAESB em relação à essa perda. Perguntou aos representantes da ADASA: “quando se fala
175 na diminuição do uso pelos produtores em função da vazão do rio que baixou, entendo que há
176 diminuição do volume de água e, conseqüentemente, aumenta a concentração tóxica,
177 bacteriológica e de coliformes. Na gestão da redução do uso da água para Região
178 Administrativa há uma contrapartida igual de esclarecimento da população em relação aos
179 riscos que ela está correndo pela concentração de toxidade, bacteriológica, de coliformes,
180 etc.?” Acrescentou: “é a questão cerne de estarmos focando a questão da quantidade versus
181 qualidade, temos que começar a analisar quantidade e qualidade como parâmetros efetivos de
182 gestão”. A conselheira MARIA DO CARMO (CAESB) esclareceu que a CAESB tem um
183 grupo de controle de perdas que detectou o aumento de perdas nos últimos anos. Os 30%
184 contabiliza as perdas por vazamentos e as ligações clandestinas. Esclareceu que para o
185 controle de perdas já foi aprovado pelo BID um projeto de setorização, que visa resetorizar
186 toda a rede, bem como, outro de telemetria, que visa o controle em tempo real, da pressão na
187 rede. A conselheira REGINA (FÓRUM de ONGs) concluiu: “em que pese toda eficiência da
188 CAESB, essa área é ineficiente e o contribuinte assume o ônus contábil financeiro por conta
189 de uma ineficiência de gestão e isto reflete num cenário de abastecimento, então, a escassez
190 tem uma mutualidade intensa da companhia que faz a gestão do abastecimento. Se a CAESB
191 impõe e não mostra sua contrapartida de efetiva forma de redução desse serviço, isso é uma
192 contradição brutal por parte da CAESB”. Na qualidade de representante da sociedade civil
193 solicito que seja apresentado um cenário da situação hídrica no DF”. A Conselheira RAQUEL
194 BROSTEL (CAESB) disse ser importante o funcionamento da CTSB e que ela faça esse
195 papel de colher essas informações de indicadores, sistema de abastecimento, índice de perda e
196 apresentar esse painel de acompanhamento e monitoramento. A senhora Camila (ADASA)
197 esclareceu que, com relação à redução de 50% da outorga e isso acarretar prejuízo na
198 qualidade da água, isto não refletirá a verdade, visto que, a quantidade de água retirada não
199 faz diferença em termos de saúde, agora no reservatório sim, quanto mais baixo vai ficando,
200 vai perdendo qualidade. A ETA é programada para receber certa quantidade de água por isso
201 não está trazendo prejuízo nem para o abastecimento humano nem para os rios. O Conselheiro
202 JORGE ENOCH (EMBRAPA) lembrou que a questão de outorga no DF tem que ser
203 repensada em virtude dessa nova situação. É preciso esclarecer a sociedade dessa mudança no
204 cenário. Esse cenário serve de base para a tomada de decisões no ano seguinte e ações de

205 racionamento de forma antecipada para não chegarmos a situação crítica e de emergência. O
206 Conselheiro SÉRGIO RIBEIRO (SEMA) informou da Aliança pelo Descoberto Coberto,
207 lançada semana passada, que são cerca de dez projetos que envolvem governo, sociedade
208 civil, tanto do DF quanto do Goiás e sugeriu que os mesmos fossem apresentados nesses
209 conselhos. A conselheira ANA PAULA (FIBRA) solicitou à ADASA que lhe fossem
210 enviadas as resoluções que tratam do assunto em comento. Questionou de que forma o
211 conselho poderia apoiar nessas prioridades de investimento no Bananal, haja vista que vários
212 investimentos previstos não ocorrerem. A seguir passou para o **Item 1c da pauta**. O
213 presidente esclareceu que se trata de uma decisão tomada no CRH, em reunião anterior, para a
214 criação de um GT para acompanhar o enfrentamento da crise. O conselheiro MONTENEGRO
215 (ABES) sugeriu um acompanhamento mais sistemático dessa temática, o que implica
216 intensificação das reuniões do CRH. O conselheiro JORGE ENOCH (EMBRAPA) sugeriu
217 uma apresentação das resoluções lançadas pela ADASA bem como o plano articulado pela
218 CAESB para esse período de racionamento. O presidente ANDRÉ observou que o art. 6º da
219 Resolução nº 16 diz que a prestadora deve apresentar à ADASA, no prazo máximo de
220 sessenta dias, após o término do estado de restrição, relatório de informações mostrando o rol
221 de medidas tomadas e os resultados alcançados. O presidente ANDRÉ lembrou que existe um
222 nível de compartilhamento de informações em tempo real da situação dos recursos hídricos
223 que permite fazer projeções etc., existe também um nível intermediário entre
224 dirigentes e técnicos que acompanham o processo hídrico no dia a dia, contudo, não está clara
225 a assimilação dessas informações no sistema. O que esses dados implicam em mudança de
226 ação de todo o sistema. Como conciliar estas ações no sistema de gerenciamento de recursos
227 hídricos do DF? Após as considerações questionou qual o papel do CRH neste processo. O
228 presidente sugeriu mais duas reuniões para novembro e dezembro. Será discutida a
229 necessidade de se ter racionamento preventivo antevendo situação crítica no ano que vem.
230 Informou do pedido da ADASA de fazer uma reunião extraordinária no dia 23 de novembro
231 em função de revisão da Resolução 350 que trata de outorga e da Recarga de Aquífero. O
232 Conselheiro RAFAEL (ADASA) esclareceu que estas resoluções que estão sendo elaboradas
233 são decorrentes do exposto na Resolução nº 13. A seguir a Sra. Camila (ADASA) apresentou
234 relatório do cenário de chuvas, observadas as médias históricas e o volume útil, em
235 percentual, a mínima observada em outubro, novembro e dezembro com perspectiva de chuva
236 média de 8% em dezembro. A expectativa é que, de dezembro para janeiro haja uma elevação
237 no nível de chuvas. O presidente ANDRÉ salientou que esse tipo de cenário deveria ser
238 trabalhado de forma transparente e não somente uma planilha de trabalho interno, pois é a
239 base de tomada de decisões, de campanha que pode implicar em ações legislativas. A seguir
240 expôs o seguinte encaminhamento: rever a sugestão de criação do GT para acompanhamento
241 da crise e fazer mais uma extraordinária do CRH. O que foi aprovado pelo Plenário.
242 Prosseguiu com o **item 3**. Informou que no dia 08/12 será inaugurado o Centro Internacional
243 de Referência em Água e Transdisciplinariedade - CIRAT no Jardim Botânico, espaço para
244 pesquisa e desenvolvimento de projetos e na ocasião será apresentado o Mapa Hidrográfico
245 do DF. Também será feita uma primeira apresentação da proposta da Conferência de Meio
246 Ambiente/2017, cujo tema será água. Neste momento serão acolhidas as sugestões e
247 aprimoramentos. O presidente ANDRÉ ressaltou que um das contribuições do sistema de
248 meio ambiente é fazer um processo de mobilização ao longo de 2017. Avisou que recebeu
249 demanda da SINESP para apresentar ao CRH o Plano Distrital de Saneamento Básico e
250 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O conselheiro RAFAEL (ADASA) informou que
251 enviou e-mail solicitando pauta no conselho para apresentar o trabalho elaborado pela
252 ADASA e UnB sobre recarga de aquíferos e infiltração de água, e também, ajustes na
253 Resolução de outorga. Esta reunião extraordinária foi agendada para o dia 23/11. A
254 conselheira ANA PAULA (FIBRA) convidou os conselheiros para a Olimpíada do
255 Conhecimento que será realizado no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson. O

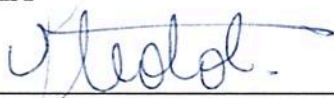
256 Conselho JORGE ENOCH (EMBRAPA) avisou que a comissão temática do Fórum
257 Mundial da Água está com espaço aberto para candidatos que desejem colaborar com a
258 coordenação de temas e tópicos dentro do Fórum e com a organização técnica. O prazo
259 iniciou dia 03 e vai até dia 17. O conselheiro ficou de encaminhar para a Secretaria Executiva
260 o documento em questão. Não havendo mais considerações, o presidente ANDRÉ agradeceu
261 a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por
262 todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do
263 Distrito Federal.



ANDRÉ LIMA
Presidente do Conselho/SEMA

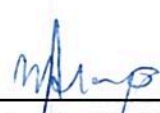
LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM


RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA



VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB


MANOEL A. M. DE ARAÚJO
IBAMA

ALINE REZENDE PEIXOTO
IBAMA


JORGE ENOCH FURQUIM V. LIMA
EMBRAPA

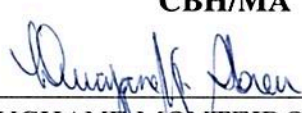
FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF


TEREZINHA LIMA
ÚNICA



ANA PAULA DIAS M. DE C. PESSOA
FIBRA

PAULO SÉRGIO BRETAS DE A SALLES
CBH/PARANOÁ

DELSON DA COSTA MATOS
CBH/MA


LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES/DF




DIRCEU SILVEIRA R. JÚNIOR

UNB



RÉGINA STELLA Q. FITTIPALDI

FÓRUM de ONGs



MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF